

BOWIE, FIONA, *The Anthropology of Religion: An Introduction*, Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

A obra constitui um manual pensado especialmente para estudantes e, no dizer da própria autora, para “todos aqueles que desejem saber qualquer coisa do assunto” (p. IX). Neste sentido, cada capítulo é acompanhado de uma bibliografia temática e, no fim da obra, é-nos apresentado um vasto Apêndice com referências a filmes e vídeo-documentários divididos pelas várias áreas temáticas contempladas pela obra. A própria disposição gráfica do texto (com definições fundamentais e breves biografias dos autores analisados em caixa) facilita a leitura a iniciados e não iniciados na matéria.

A obra está dividida em oito capítulos, que a autora, no Prefácio, apresenta do seguinte modo: o Capítulo I constitui uma introdução aos vários temas e debates a que os capítulos seguintes se dedicarão, procurando, nomeadamente, fazer referência às discussões iniciais na definição do estatuto científico de uma antropologia da religião, que passou, como é evidente, pela própria procura de um conceito de religião. Os Capítulos II e III são dedicados ao tema do Corpo como Símbolo e da Manutenção e Transformação das Fronteiras/Limites (Boundaries), debruçando-se sobre as questões do corpo, da política e do género. A sua lógica de fundo está na apresentação do corpo como expressão da relação entre os indivíduos e a identidade fisiológica, assim como da formação dos grupos, culturas e sociedades. O Capítulo IV aborda a questão do género e do sagrado, apresentando a influência do feminismo na antropologia da religião. O Capítulo V consta de uma apresentação das várias cosmologias, assim como das ligações entre mitologia, género e ambiente. Intitula-se “Religião, Cultura e Ambiente”. O Capítulo VI é dedicado à teoria do rito, aos ritos de passagem e à violência ritual. O Capítulo VII, ao chamanismo e o Capítulo VIII, à feitiçaria e ao “mau olhar”.

Atentemos particularmente naquela que é uma abordagem original de Bowie – a associação entre o corpo como símbolo e a antropologia da religião, nomeadamente, através do corpo feminino e das questões do género. Evocando Max Weber, que descreve os seres humanos como “criadores de sentido”, Fiona Bowie, no Capítulo II da presente obra, equaciona a classificação simbólica, apresentando-a como um tema central na antropologia da religião e mencionando algumas das formas como o corpo humano é utilizado como um mecanismo de classificação. Toda a nossa percepção do

mundo é mediada pela nossa percepção do mesmo, através de mecanismos biológicos, psicológicos e espirituais. O mundo age nos nossos corpos e a nossa experiência de ser no mundo afecta e configura os fenómenos de que nos apercebemos. “Existe uma interacção contínua entre o indivíduo corpóreo e o mundo social e natural do qual o indivíduo faz parte” (p. 44). A autora menciona a noção de corpo como “memória”, de Bourdieu, para quem o corpo constituía uma espécie de roteiro cosmológico e ético, através do qual nos orientamos no espaço social.

Fiona Bowie prossegue a sua reflexão sobre o corpo como lugar de manutenção e transformação dos limites/fronteiras, isto é, da identidade (religiosa, neste caso), procurando equacionar a relação entre o corpo e a sociedade através dos símbolos – construídos sobre o corpo – utilizados para formar e manter a identidade. O corpo coloca a questão da identidade, da negociação das identidades e da contestação dos limites. Existimos dentro de um corpo situado em contexto social. O corpo do grupo a que pertencemos recorta-se a partir da distinção estabelecida face ao outro, individual e colectivo: “a identidade é definida pelo outro. Não é um absoluto, mas sim uma categoria dentro de um sistema de valores” (p. 72). Os limites/as fronteiras que demarcam um grupo relativamente a outro podem ser físicos (Bowie recorda o Muro de Berlim ou a Cortina de Ferro). Mas, os limites/fronteiras também podem ser conceptuais, exprimindo-se em ideias, rituais e sistemas de crenças. A noção de puro e de impuro (lembre-se Mary Douglas) passa pelo corpo físico como símbolo da identidade do grupo. Os limites do corpo humano são uma metáfora para os limites do grupo. A preservação da identidade religiosa passa pela distinção/separação entre o grupo e “os outros”. No entanto, a identidade passa também pela negociação, pelo “bricolage”, de que falava Lévi-Strauss, isto é, pela criação de estruturas simbólicas a partir de uma variedade de símbolos culturais disponíveis (cit. p. 79). Por fim, a contestação dos limites/fronteiras do corpo também pode ser uma forma de utilizar o corpo para desafiar as estruturas hegemónicas existentes. A este propósito, Fiona Bowie evoca o “corpo grotesco”, do mundo carnavalesco renascentista, estudo por Mikhail Bakhtin. O corpo carnavalesco exprime uma estética muito diferente da do mundo oficial das instituições e hierarquias: “é a árvore cósmica que liga o individual ao universal, o céu à terra e o passado encapsulado ao presente e ao futuro” (p. 88). Evocam-se, ainda, as mulheres ascetas na Idade Média, as “santas anoréticas” (cf. Rudolf Bell, *Holy Anorexia*), que, enclausuradas no seu corpo, procuravam libertar-se da “redução” a um corpo impuro (topos profundamente enraizado na igreja ocidental) transcendendo as suas

necessidades, nomeadamente, de alimentação, num sofrimento que pensavam ser veículo de aproximação ao corpo proibido de Cristo, o Salvador-homem.

O Capítulo IV é, então, dedicado ao tema “Sexo, Género e o Sagrado”. Na introdução, Fiona Bowie começa por dizer que, apesar do “mito da igualdade” existente nas sociedades ocidentais, o facto de termos nascido homem ou mulher afecta profundamente as escolhas, oportunidades e visões do mundo. Propõe-se, então, analisar algumas das formas como a sexualidade e as questões do género têm sido estudadas na antropologia da religião. Convém começarmos por referir alguns dos conceitos utilizados pela autora. Assim, define “sexo” como uma categoria biológica, “género” como uma categoria social, “papel do sexo” (*sex role*) como “comportamento e ocupações definidas como masculinas ou femininas, consideradas apropriadas para um género em particular”, “sexualidade” como “expressão, organização e orientação social e biológica do desejo”. Inclui a reprodução, mas não se limita a ela. Distingue ainda entre a “construção cultural”, isto é a formação sócio-cultural e não biológica de categorias como o género, e o “determinismo biológico”, a tentativa de explicar um determinado nível de comportamento através de uma referência à biologia (cf. p. 92). Fiona Bowie constata a quase total ausência das vozes e da experiência das mulheres nos registos antropológicos e o recrudescimento do envolvimento das mulheres, sobretudo a partir dos anos 70, como uma tentativa de inverter esta tendência.

A primeira parte do presente capítulo é dedicada, precisamente, a estas tentativas de construção de uma antropologia social que dê voz às mulheres. Não se pode dizer que as mulheres estiveram alguma vez ausentes dos registos etnográficos, simplesmente, apareciam filtradas e interpretadas pelos homens (a autora dá o exemplo dos estudos de Evans-Pritchard, nomeadamente a sua obra póstuma *Man and Woman among the Azande*, onde o autor regista a visão que os homens têm das mulheres naquelas paragens). Edwin Ardener adiantou vários motivos para esta exclusão do olhar das mulheres: primeiro, o tipo de questões colocadas pelo etnógrafo (homem ou mulher) estão estruturadas de forma a construir o tipo de modelo de sociedade que os homens informantes estão mais aptos a fornecer. Em segundo lugar, um etnógrafo não familiarizado com a linguagem da sociedade que o acolhe encontra mais facilmente intérpretes e informantes homens, dada a sua maior mobilidade, acesso à educação e domínio político. Bowie chama a atenção para a forma diferente como as mulheres aborígenes australianas foram olhadas pelos antropólogos e pelas antropólogas, por

exemplo (p. 97), o que realça a importância dos pressupostos de género e ideológicos dos investigadores. Evidentemente que as antropólogas estão também influenciadas pelas suas próprias visões, histórias pessoais e contexto social.

A “antropologia reflexiva” pressupõe o reconhecimento das limitações impostas à pesquisa pelas subjectividades envolvidas e a necessidade de qualquer investigação social implicar o encontro dialogante entre os indivíduos e as culturas, afastando-se de uma concepção pretensamente “científica”, que cria que o antropólogo se podia imaginar como um observador neutro de factos empíricos (p. 98). Isto mesmo levou Pat Caplan a concluir o seguinte: “ser antropóloga significa estudar-me tanto a mim própria como ao outro. Assim, o eu torna-se ‘outro’, um objecto de estudo, enquanto, simultaneamente, o outro, por causa da sua familiaridade e abordagem diferente ao campo de trabalho, se torna parte do eu” (cit. p. 101).

Na última parte deste capítulo, Fiona Bowie aborda alguns estudos que fizeram do sexo, do género e da posição das mulheres o centro das suas análises. Depois de citar Margaret Mead e Malinowski, ambos pioneiros na demonstração do carácter culturalmente variável dos papéis sexuais, a autora refere-se a Kirsten Hastrup, cujos estudos se centraram nas formas como o corpo humano se torna um modelo para a compreensão da relação entre o social e o sagrado, apelidando esse estudo de “semântica da biologia” (cit. p. 104). Bowie refere-se especialmente aos estudos de Hastrup sobre a virgindade e a sua conexão com o divino. Shirley Ardener considera-a mesmo o “terceiro sexo” – uma categoria que aproxima a mulher do sagrado, considerado domínio masculino por excelência (cit. p. 106).

A variedade de estudos empreendidos mais recentemente chama a atenção para o facto de não existir uma única maneira de ser homem ou mulher numa determinada sociedade. “Se existem roteiros sexuais, eles não são monossilábicos, mas contêm partes diferentes para os homens e as mulheres. as pessoas têm uma possibilidade de escolha, ainda que condicionada, quando fazem um investimento consciente ou inconsciente num determinado modelo de masculinidade e de feminilidade que adoptarão num determinada circunstância” (p. 110).

Bowie termina o capítulo IV chamando a atenção para a necessidade de não transformar a questão do género na antropologia numa sub-categoria de uma antropologia das mulheres, o que a reduziria a um ghetto. Por isso, nos

capítulos seguintes, ela preocupar-se-á em introduzir a questão do gênero como um fio condutor, transversal a todas as temáticas, numa estratégia de mainstreaming. No Capítulo V, sobre “Religião, Cultura e Ambiente”, irá abordar a questão da ligação entre “mitologia, gênero e ambiente”, discutindo a validade do cliché que associa a mulher à natureza e o homem à cultura, e no Capítulo VI, sobre rituais, aborda os rituais de iniciação feminina.

Numa breve nota apreciativa da obra, pode dizer-se que ela própria enuncia as suas virtudes e os seus limites logo no Prefácio, ao dizer que deixou de lado alguns temas que seriam igualmente muito importantes, como é o caso do colonialismo, pós-colonialismo e globalização. Penso que seria também importante uma abordagem mais profunda e abrangente do mito, incluindo as suas reconfigurações modernas e pós-modernas. De qualquer modo, a obra é convincente naquilo que se propõe, a saber, e nas próprias palavras da autora, demonstrar que a antropologia “é uma maneira de ver o mundo, de apreciar a sua riqueza e variedade e de se tornar praticantes conscientes de si no contexto da nossa própria cultura” (p. xi).

TERESA TOLDY